

PLANO DE CONTINGÊNCIA para a COVID-19

Estabelecimento de Ensino



**CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE
PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA**
PLANCON-EDU/ESCOLAS COVID-19

FLORIANÓPOLIS
Janeiro de 2021

Este Plano de Contingência foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina e vem acompanhado do Caderno de Apoio ao Plancon-Edu/COVID-19.

Governador do Estado de Santa Catarina
Carlos Moisés da Silva

Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina
João Batista Cordeiro Junior

Diretor de Gestão de Educação
Alexandre Corrêa Dutra

Equipe que elaborou o Modelo de Plano de Contingência:

Coordenação: Mário Jorge C. C. Freitas - Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastre (ABP-RRD)

Sub- Coordenação: Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense (IFC)

Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)

Fabiana Santos Lima - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Francisco Silva Costa - Universidade do Minho (UMinho/Portugal)

Janete Josina de Abreu - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Pâmela do Vale Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)

Colaboradores Externos:

Prof. Eduardo R. da Cunha - Colégio Bom Jesus - Unidade Pedra Branca/Palhoça/SC

Prof. Josué Silva Sabino - Escola Básica Padre Doutor Itamar Luis da Costa - Imbituba/SC

Profa. Rute Maria Fernandes - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEDUCE) - Imbituba/SC.

MsC. Maria Cristina Willemann - Epidemiologista - Mestre em Saúde Pública.

PLANO DE CONTINGÊNCIA APLICÁVEL AO
CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS

Tenente Coronel PM Fred Hilton Goncalves da Silva
Comandante do CFAP

Representantes do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças:

Diretor de Instrução e Ensino: Coronel PM Fábio José Martins
Comandante do CFAP: Tenente Coronel PM Fred Hilton Goncalves da Silva
Sub Comandante do CFAP: Major PM José Ronaldo Branco
Chefe do P-3: Capitão PM Mauricio Abilio dos Santos
Corregedor: Capitão PM Felipe Aragão Andrade de Araújo
Chefe do P-4: 1º Tenente PM Claudiomiro de Oliveira Pinho
Chefe do P-1: 1º Tenente PM Francisco das Chagas de Paiva Melo Filho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA	8
3 ATORES/PÚBLICO ALVO.....	9
4 OBJETIVOS	9
4.1 OBJETIVO GERAL	9
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
5 CENÁRIO DE RISCO.....	10
5.1 AMEAÇAS.....	10
5.2 CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO	13
5.3 VULNERABILIDADES.....	13
5.4 CAPACIDADES INTALADAS / A INSTALAR.....	14
5.4.1 Capacidades Instaladas.....	14
5.4.2 Capacidades a instalar	15
6 NÍVEIS DE PRONTIDÃO	15
7 GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA	16
7.1 DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP).....	17
7.1.1 Medidas sanitárias	17
7.1.2 Questões pedagógicas	19
7.1.3 Alimentação	21
7.1.4 Transporte	22
7.1.5 Gestão de pessoas	22
7.1.7 Informação e Comunicação.....	24
7.1.8 Finanças	24
7.2 UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL	25
7.3 SISTEMA VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME).....	26
7.3.1 Dispositivos Principais	26
7.3. 2 Monitoramento e Avaliação	27
REFERÊNCIAS.....	28
ANEXO 1 – MODELO DE BOLETIM	29
ANEXO 2 – MODELO DE RELATÓRIO	30

1 INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos coronavírus - o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como faz a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, tomando em consideração a amplitude de sua distribuição mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

1. Ser uma nova doença que afeta a população;
2. O agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de uma doença grave;
3. Ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos.

A ocorrência da COVID-19, bem como as medidas a tomar, se integram na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente estamos em estado de calamidade pública decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADE nº 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março, a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou situação de emergência, através do Decreto nº 515, por conta da pandemia de coronavírus. O Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo

o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado.

O Decreto nº 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente. Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria nº 1.565 que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

O calendário escolar deverá ser adaptado de forma a diminuir os danos causados pela suspensão das aulas. Deverão seguir, até que novas publicações sejam realizadas, a Medida Provisória 934 (Brasil, 2020d) que flexibiliza os 200 dias letivos, mantendo a obrigatoriedade das 800 horas de atividades educacionais anuais; e o parecer n. 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2020a).

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

- a) a propagação do vírus ser fácil e rápida;
- b) a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);

- c) a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;
- d) a possibilidade de gerar sobrecarga nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação;
- e) a taxa de mortalidade pode atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) e outras indicações de órgãos de governos federal, estadual e municipal. As atividades a desenvolver devem ser sempre proporcionais ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária, comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de distanciamento social (de vários graus e ordem), obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s) alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados em fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estão sendo elaborados em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMSC, face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante à comunidade escolar/acadêmica (alunos, professores, funcionários e familiares destes), elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA. O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O Plano de Contingência Escolar para a COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define estratégias, ações e rotinas de resposta para o enfrentamento da epidemia da nova (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.

2 ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

A estrutura do PLACON-CFAP obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura abaixo:



Figura 1: Mapa conceitual de estrutura do Plano.

3 ATORES/PÚBLICO ALVO

O público-alvo deste plano são os alunos, professores e funcionários do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), assim como os seus familiares.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Fortalecer os processos de governança do Centro, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento da epidemia enquanto persistirem as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando assegurar a continuidade da sua missão educacional pautada pela proteção e segurança da comunidade escolar/acadêmica.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas do estabelecimento de ensino);
- b) Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo todas as atividades do estabelecimento e todos os membros da comunidade escolar e cumprindo todas as recomendações oficiais;
- c) Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para diferentes fases, em especial, na retomada de atividades presenciais;
- d) Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outros materiais de fontes oficiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;
- e) Garantir uma eficiente comunicação interna (com alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e/ou outros familiares dos alunos, fornecedores e população em geral);
- f) Determinar quais os recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;

- g) Implementar as ações de resposta, mitigação e recuperação, em cada fase, abrangendo toda a atividade do estabelecimento;
- h) Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;
- i) Identificar eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio do Centro e por parte dos serviços de saúde, evitando ou restringindo situações de contágio;
- j) Assegurar a continuidade da missão educativa, estabelecendo estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;
- k) Garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional.

5 CENÁRIO DE RISCO

Este plano de contingência está elaborado para cenários de risco específicos, que consideramos se aplicar ao nosso estabelecimento educativo. Em tais cenários são considerados o território de alcance da ameaça (COVID-19) com que se tem que lidar, bem como as vulnerabilidades e capacidades instaladas/a instalar.

5.1 AMEAÇAS

A principal ameaça a que o plano de contingência visa dar resposta é uma ameaça biológica, uma pandemia, mais exatamente a transmissão do vírus 2019-nCoV, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório, desencadeando no organismo humano a COVID-19.

A transmissão ocorre através:

- a) Gotículas ou micro gotículas de saliva e secreção nasal, etc., projetadas por uma pessoa infectada e que atingem diretamente a boca, nariz e/ou olhos de

outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato:

- b) De contato físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos.
- c) De objetos ou superfícies contaminadas e posterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados.

Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas amenos. Há, contudo, pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, causam a morte do paciente. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, começam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas).

Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico. Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe ainda nenhuma vacina disponível e provavelmente não estarão disponíveis ainda em 2020. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos suficientemente testados, embora alguns medicamentos - tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças - tenham sido utilizados com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos medicamentos começam a ser testados.

Assim, a esta ameaça principal do vírus em si e da doença - por vez mortal - que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas:

- a) a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira;
- b) a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados. Nos dois últimos casos, o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e dirimir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psicossociais da pandemia.

Em síntese, a ameaça é real e de natureza complexa, uma vez que:

- a) o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica);
- b) seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo;
- c) os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco;
- d) seu impacto na situação econômica global e de cada país pode gerar uma forte crise;
- e) o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar;
- f) aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

5.2 CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO

No caso concreto DO Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças foi julgada como ajustada a descrição de território que segue. Os territórios transformam-se no tempo e no espaço. Portanto, a compreensão de um dado território dependerá da abordagem empregada, da viabilidade e suas necessidades.

O território geográfico que está localizado o CFAP na sua área de espaço é bem amplo e abrange entorno diferentes pontos do espaço em áreas não necessariamente contínuas, mas com ligações estruturais, que garantem a sua existência e dinamicidade dentro do Centro de Ensino da PMSC. Dentre o território do entorno é possível mencionar, destacar e nomear: Hospital Universitário, Unidade Básica de Saúde, moradias residenciais, uma diversidade de comércios: Shopping, supermercados, farmácias, lojas, Bancos, postos de combustíveis, ponto de ônibus (viabilizando o transporte público) e etc.

A estrutura física do estabelecimento de ensino inclui:

1. Dois prédios onde se encontram as salas de aulas do Curso de Formação de Sargentos e Curso de Formação de Soldados, sendo que o primeiro prédio térreo possui 4 salas com cerca de 80 m², e o segundo prédio, com 03 (três) andares, possui 14 salas com cerca de 73 m² cada
2. Biblioteca, sala multiuso e sala de reforço;
3. Um ginásio de esportes fechado e um campo de esportes descoberto, anexa;
4. Dois portões de acesso (entrada principal e secundária do CEPM/PMSC).

5.3 VULNERABILIDADES

O CFAP toma em consideração, na definição de seu cenário de risco, as vulnerabilidades gerais e específicas que seguem:

- a) facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tosse ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies

infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;

- b) falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos, etiquetas corretas de tossir e espirrar;
- c) insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;
- d) atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de fake news e difusão de informação não validada cientificamente;
- e) condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das pessoas, etc.;
- f) baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distanciamento e isolamento social, uso de máscaras, entre outros);
- g) existência de atores pertencendo a grupos de risco;
- h) atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;
- i) dependência de meios de transporte coletivos urbanos, eventualmente saturados;
- j) alunos sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet;

5.4 CAPACIDADES INTALADAS / A INSTALAR

O CFAP considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades.

5.4.1 Capacidades Instaladas

- a) Todos os funcionários do CFAP passarão por um treinamento onde será esclarecido todos os itens do seu Plano de Contingência;
- b) Será disponibilizado um ambiente específico para isolamento de pessoas que no meio do expediente/aula possam vir a ter algum tipo de sintoma;

- c) No caso de funcionários ou alunos com sintomas será indicado que procure a rede pública ou privada de saúde com indicação de afastamento até o caso ser confirmado;
- d) Protocolo sanitário e adequações necessárias ao ambiente escolar;
- e) Protocolo pedagógico a seguir em todas as situações do cotidiano escolar;
- f) Plano de contingência próprio;

5.4.2 Capacidades a instalar

- a) Formação específica de acordo com planejamento;
- b) Treinamento, incluindo simulado, conforme planejamento;
- c) Estabelecer fluxos de encaminhamentos de pessoas com sintomas à rede de atenção pública ou privada;
- d) Estabelecer protocolos internos de testagem, rastreamento e afastamento de contatos de casos confirmados;
- e) As famílias dos alunos atendidas receberão informativos e comunicados sobre os procedimentos adotados pela Centro;
- f) O Centro deverá ser rigoroso com o cumprimento dos protocolos inseridos e do plano de contingência;
- g) Melhorar progressivamente as condições de infraestruturas dos estabelecimentos de ensino/educação, em tudo o que se revelar possível;
- h) Desenvolver mecanismos de resiliência de curto, médio e longo prazo;
- i) Adquirir e disponibilizar EPIs e demais materiais conforme DAOP Medidas Sanitárias.

6 NÍVEIS DE PRONTIDÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no quadro abaixo, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina: Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação.

Fases	Subfases	Características	Plancon estadual
Preparação	-	Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora	
Resposta	Contenção (Por vezes, subdividida em simples no início e alargada quando já há casos no país/estado)	Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção inicial) até à situação da existência de cadeias secundárias de transmissão em outros estados e/ou casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária (contenção alargada). Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamentos específicos (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas, saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada.	Alerta (quando somente há ocorrências em outros estados) e Perigo Iminente (quando há casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária)
	Mitigação (podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão)	A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária. Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes, etc. Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas.	Emergência de Saúde Pública
Recuperação		Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em partes similares às previstas para a fase de Contenção.	

Quadro 1: Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-EDU para a COVID-19. Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.

7 GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como aquela com que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança do Centro, adequando-a ao momento muito particular que vivemos. Neste plano, consideramos em conjunto e de forma relacionada, três domínios essenciais:

- 7.1. Os principais domínios em que se devem situar as Dinâmicas e Ações Operacionais a definir;
- 7.2. A Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional) que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;
- 7.3. Sistema de Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme) que permite identificar que conjunto de medidas e/ou ajustes que se torna necessário implementar.

7.1 DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)

As dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas estão organizadas na definição das dinâmicas e ações tomamos como referência a ferramenta de qualidade 5W2H. Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são: W1) porque será feito; W2) o que será feito; W3) onde será feito; W4) quando será feito; W5) quem o fará. Os dois H: H1) como será feito; H2) quanto custará.

Os quadros síntese que seguem resumem as principais dinâmicas e sugestões de ações que podem ser realizadas, sendo que as diretrizes com mais detalhes estão no acesso do PlanCon SC.

7.1.1 Medidas sanitárias

O planejamento sanitário é essencial para promover a saúde e prevenir a transmissão do vírus. Visando estabelecer medidas de higiene pessoal e recomendações a serem seguidas com intuito de minimizar, tanto o contágio direto quanto o indireto, por intermédio de ações a serem realizadas de forma individualizadas, por parte dos alunos, trabalhadores e visitantes. Este documento pretende orientar alunos e trabalhadores sobre a necessidade e importância da higienização sistemática, com frequência e em diferentes situações. Bem como estimular a comunidade escolar a utilizar frequentemente água e sabão ou sabonete líquido, e preparações alcoólicas antissépticas 70% (setenta por cento) em formato de

gel, espuma ou spray, para higienização das mãos, disponíveis em diversos ambientes do Centro.

Orientar aos alunos, trabalhadores e visitantes, que adentrarem ao estabelecimento, que deverão usar máscaras descartáveis, ou de tecido não tecido (TNT), ou de tecido de algodão, recomendando que elas devem ser trocadas a cada 2 (duas) horas ou quando tornar-se úmida (se antes deste tempo). Para o uso de máscaras de tecido recomenda-se que seja realizada em conformidade com o previsto na Portaria SES no 224, de 03 de abril de 2020, ou outros regramentos que venham substituí-la. Estas ações devem ser integradas, envolvendo todos os profissionais da instituição e a comunidade escolar. Para certificar a eficácia de todos os procedimentos de higienização, as soluções mais adequadas como desinfetantes são: o hipoclorito de sódio (água sanitária), o álcool 70%, água e sabão ou sabonete líquido, pois, seu uso visa o rompimento da cadeia de transmissão das doenças e a proteção de todos os envolvidos.

SOLUÇÕES CLORADAS: O hipoclorito de sódio (água sanitária) é uma solução termo e fotossensível, devendo ser armazenado em recipientes fechados, protegido do calor e da luz. Esta solução deve ser utilizada para desinfecção de superfície e objetos previamente limpos e secos, pois a matéria orgânica consome cloro e reduz a sua atividade antimicrobiana. Nunca deve ser misturada com outros produtos de limpeza como sabão, detergente etc. O uso em materiais deve ser restrito a plástico, vidro, acrílico e borracha, pois os compostos de cloro corroem os metais, que devem ser desinfetados com álcool 70%. A solução clorada pode ser usada num período de vinte e quatro horas após a sua diluição, depois disto deve ser desprezada. Ao comprar a água sanitária leia atentamente a rotulagem que deve conter: registro do Ministério da Saúde, nome e endereço do fabricante, nome do produto, data de fabricação, prazo de validade, concentração de cloro ativo e finalidade de desinfecção.

ÁLCOOL: Apresenta boa ação germicida na concentração de 70%. Quando puro, o álcool é menos eficaz que quando misturado à água, pois esta facilita a desnaturação da proteína, ligada a ação antimicrobiana do álcool. Dar preferência na aquisição do produto já na diluição correta, a 70%.

ÁGUA E SABÃO/SABONETE LÍQUIDO: Método recomendado para higienização das mãos e utensílios de cozinha.

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Higiene das mãos de todos os membros da comunidade escolar com água e sabão ou álcool 70%.	Entrada do CFAP, entradas dos ambientes externos, refeitório, banheiros, salas de aula e demais espaços escolares.	Permanente	Todos as pessoas que entram ao ambiente escolar	Sinalização e dispenser/saboneteira ou pias, instaladas em pontos estratégicos.	Necessários de 25 borrifadores, 8 display de álcool 70%, 5 totens de álcool e aferidor de temperatura.
Demarcação de espaços evitando aglomerações	Pátios, banheiros, salas de aula, recepção...	Permanente	P-4	Sinalização e avisos escritos	Necessários fita e placas de sinalização
Manutenção dos equipamentos de higienização.	Entrada do CFAP, entradas dos ambientes externos, refeitório, banheiros, salas de aula e demais espaços escolares.	Diariamente.	P-4	Vistoriar todos os equipamentos e fazer a reposição diariamente ou quando necessário.	Não há necessidade de recursos financeiros
Medição de temperatura de toda comunidade escolar	Entrada	Diariamente	Guarda do CEPM	Controle de acesso e registro das aferições acima de 37°C.	Necessários 03 aparelhos de aferição de temperatura.
Isolamento de casos suspeitos	Ambiente específico para o isolamento	Quando necessário até chegada do responsável pelo aluno	Comando e P1 do CFAP	Deteção precoce de casos suspeitos, com sintomas como temperatura elevada	Sala de Apoio
Rastreamento de contatos	Ambiente específico para o isolamento	ao confirmar um caso	Comando e P1 do CFAP	Identificar os contatos com casos confirmados e afastá-los preventivamente	Monitoria

Quadro 2: Esquema de organização DAOP Medidas Sanitárias

7.1.2 Questões pedagógicas

O Protocolo Pedagógico do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças para o retorno das atividades presenciais segue as recomendações e orientações do Protocolo para Retorno das Atividades nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino de Florianópolis, elaborado pelos integrantes do comitê de ações educacionais, Diretrizes para o Retorno às aulas em Santa Catarina e Plano Estadual de

Contingência para Educação (PLANCON) que se fundamentaram em pareceres técnicos de profissionais da área de saúde, documentos normativos, pesquisas, experiências de outros países, análises de dados e diálogos com a comunidade escolar. Partindo desse pressuposto, o CFAP possibilitará como forma de sistema de ensino que se adequa a realidade escolar.

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Quadro de horários alternados por segmento e turma.	Entrada, saída, salas de aula.	Permanente	P-3 do CFAP e DivE	Definição de cronograma com horários diferentes para entrada e saída das turmas e para recreios, educação física e intervalos	Sem custo.
Ensalamento das turmas.	Turmas	Permanente	P-3 do CFAP	Definição de dias ou semanas fixas em que as "turmas" poderão ir ao CFAP assistir aulas presenciais	Sem custo.
Formação referente a métodos de prevenção para a não transmissão do vírus	Ambiente escolar	Antes do retorno das aulas presenciais	P-3 do CFAP	Preparação de curso por professores e profissionais da área da saúde.	Sem custo.
Orientação dos alunos quanto às medidas preventivas	Salas de aula	Periodicamente	Todo o efetivo do CFAP e professores	Elaboração de material informativo/cartazes	Sem custo.

Quadro 3: Esquema de organização DAOP Questões Pedagógicas

Salienta-se que no formato de atendimento remoto haverá a continuidade do envio de atividades para os estudantes, nos moldes das atividades presenciais, porém adaptadas para a aplicação em casa. Caberá ao CFAP manter a regularidade dos envios, acompanhamento, análise e registro das atividades propostas.

Em caso de atividades pedagógicas remotas, traçaremos estratégias e ações a serem implementadas para assegurar a continuidade das atividades de ensino (aulas síncronas ou assíncronas, processo de interação professor-aluno, processos avaliativos). Considerar para tanto, as possibilidades e limitações de alcance de tais atividades, o dimensionamento das atividades que serão demandadas aos alunos, a maior ou menor dificuldade de acompanhamento destas atividades por familiares.

Estabeleceremos mecanismos de avaliação das atividades pedagógicas implementadas em condições de ensino misto e remoto, já no contexto do retorno

gradual de ensino presencial, estabeleceremos as prioridades de atendimento de alunos nesta modalidade, considerando os alunos que não integram ou não convivem com familiares pertencentes aos grupos de risco.

7.1.3 Alimentação

A garantia da segurança sanitária na distribuição da alimentação escolar nos estabelecimentos de ensino, durante a pandemia da COVID-19, é uma importante atividade que requer organização dos estabelecimentos e colaboração da comunidade escolar.

Considerando as recomendações descritas neste documento, sugere-se a realização de um processo de monitoramento contínuo e avaliação periódica, visando diagnosticar possíveis ajustes necessários, durante a aplicação da proposta de retorno, envolvendo a comunidade escolar.

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Atualização do Manual de Boas Práticas de Manipulação e os Procedimentos Operacionais Padrão	Unidade Escolar	Antes da retomada às aulas	Comando e P4 do CFAP	Reunir equipe responsável pela produção e manipulação de alimentos Adequar as normas e procedimentos considerando recomendações COVID 19	Não há necessidade de recursos financeiros
Capacitação da equipe que realiza os procedimentos alimentares quanto às novas normas de elaboração, acondicionamento, preparo, modo de servir, recolhimento e limpeza de utensílios, entre outros.	Unidade Escolar	Antes da retomada das aulas, durante o retorno.	Comando e P4 do CFAP	Reunir a equipe responsável pela produção de alimentos para o treinamento . Definir dia, horário, forma (presencial ou virtual), materiais, etc. Esclarecer dúvidas.	Não há necessidade de recursos financeiros
Testagem do método e monitorar o processo estabelecido	Unidade Escolar	Antes da retomadas as aulas, durante o retorno	Comando e P4 do CFAP	Realizar simulado de alimentação . Estabelecer forma de monitoramento diário	Não há necessidade de recursos financeiros

Quadro 4: Esquema de organização DAOP Alimentação Escolar

7.1.4 Transporte

Os usuários de transporte escolar deverão analisar e seguir os protocolos da categoria.

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Verificar e Informar as Medidas gerais envolvendo veículos e passageiros	Unidade escolar	Antes do retorno às aulas	Comando e P4 do CFAP.	Conversar com os responsáveis pelos transportes sobre o controle do limite de passageiros e da lotação. Seguir as regras de distanciamento, intervalos entre bancos, entrada e saída de pessoas, uso de máscaras, controle da temperatura, etc. Padronizar procedimentos de limpeza, higienização e controle.	Não há necessidade de recursos financeiros
Medidas com foco aos pais e responsáveis	Unidade escolar	Antes do retorno às aulas	Comando e P4 do CFAP.	Realizar campanha de orientação para uso de transporte próprio e recomendações e cuidados com os filhos na utilização de transporte escolar	Não há necessidade de recursos financeiros

Quadro 5: Esquema de organização DAOP Transporte Escolar

7.1.5 Gestão de pessoas

Este documento é de caráter orientativo, sendo composto por diretrizes que têm como objetivo nortear os estabelecimentos de ensino acerca da Gestão de Pessoas quanto à prevenção, acompanhamento das condições de saúde e para o retorno de suas atividades presenciais, visando prevenir a disseminação da COVID-19 nos ambientes de trabalho.

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Mapeamento de Grupos de Risco	CFAP	Antes da retomada das aulas e durante	Comando e P-1 do CFAP	Orientar quanto a apresentação de documentos comprobatórios. Diagnosticar quantidade de estudantes e servidores que se enquadram no grupo de risco. Elaborar formulário específico para proceder a avaliação diagnóstica.	Não há necessidade de recursos financeiros
Treinamento e capacitação quanto às diretrizes e protocolos escolares, sanitários, de transporte público e escolar, entre outros.	CFAP	Antes da retomada das aulas	Comando e P-3 do CFAP	Organização de exercícios simulados de mesa e de campo.	Não há necessidade de recursos financeiros
Organização do trabalho presencial e trabalho remoto	CFAP	Antes da retomada das aulas	Comando e P-3 do CFAP	Planejar em conjunto com a coordenação pedagógica e professores procedimentos para aulas presenciais e remotas. Distribuir tarefas administrativas que possam ser realizadas	Não há necessidade de recursos financeiros

				remotamente. Preparar material para aulas remotas e meio de chegar aos estudantes.	
Acolhimento e Apoio Psicossocial	CFAP	Ao recomençar as aulas e no durante o retorno	Comando do CFAP e Formação Sanitária.	Preparar um ambiente acolhedor para recepção da comunidade escolar. Promover campanhas motivacionais utilizando diferentes meios de comunicação. Prestar apoiopsicossocial tanto ao corpo discente quanto ao docente e outros servidores.	Verificar se haverá necessidade de recursos financeiros e o montante

Quadro 6: Esquema de organização DAOP Gestão de Pessoas

7.1.6 Treinamento e capacitação

A pandemia do coronavírus exige de toda comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e familiares) práticas de higiene e cuidados que garantam o retorno às atividades presenciais com segurança. Para garantir o retorno seguro, prevenir e mitigar a disseminação da COVID-19 recomenda-se a capacitação e treinamento das equipes, a fim de esclarecer dúvidas e apresentar as diferentes etapas do plano de contingência, bem como a organização dos protocolos operacionais.

O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Estudo dos documentos PLANCON-EDU Estadual, Protocolo para retorno das atividades nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e Plano de Contingência Municipal. Unidades Escolares.	Online	Fevereiro	Todos os integrantes do CFAP	Online	Verificar quantidade de recursos necessários.
Treinamento para as equipes escolares sobre a aplicação das diferentes diretrizes e protocolos	Online	Assim que divulgado Plano de contingência	P-3 do CFAP	Online e individual	Verificar quantitativo de recursos necessários
Realização de simulados de campo nas unidades escolares	Unidade escolar	Antes do retorno das aulas	Comando do CFAP.	Exercício realizado no CFAP testando os protocolos estabelecidos	Verificar quantidade de recursos necessários.

Quadro 7: Esquema de organização DAOP Treinamento e Capacitação

7.1.7 Informação e Comunicação

O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Organizar um plano de comunicação para orientar a comunidade escolar sobre os procedimentos alimentares, de transporte, de medidas sanitárias, questões pedagógicas, de gestão de pessoas, de treinamento e capacitação, de finanças.	Online e presencial de forma individual	Antes da retomada das aulas, durante o retorno até a normalidade	Comando e P-5 do CFAP	Utilizar diferentes meios de comunicação (mídias sociais, grupos de WhatsApp, encontros virtuais etc.). Estabelecer o tipo de comunicação a ser feita: aviso, alerta, newsletter etc.	Verificar se haverá necessidade de recursos financeiros e o montante
Envio dos protocolos (pedagógico e sanitário) e termo para retorno das atividades presenciais.	Na recepção da unidade escolar.	Antes da retomada das aulas, durante o retorno até a normalidade	Comando e P-3 do CFAP	Por meio de redes sociais, WhatsApp atendimento individual presencial pré-agendado. Lives realizadas para a comunidade	
Orientação quanto a prática do protocolo de segurança (alunos).	Ambiente escolar.	Durante o período de permanência no ambiente escolar.	Todos os integrantes do CFAP	Por meio de explicações diretas, e dinâmicas, bem como sinalizações visuais afixadas pela CFAP..	Eventuais gastos com impressão de materiais

Quadro 8: Esquema de organização DAOP Informação e Comunicação

7.1.8 Finanças

A Gestão de Finanças tem como objetivo gerenciar ações que envolvam planejamento, análise e controle financeiro para aquisição de itens como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), conforme estabelecidos pelos órgãos competentes a fim de prevenir a proliferação da COVID-19.

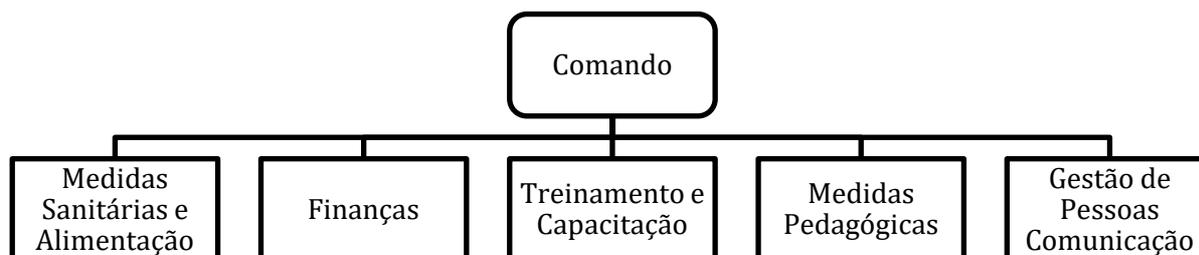
O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Aquisição de EPIs (máscaras, termômetros para medição temperatura, lixeiras com tampa, etc.).	P-4	Antes do início das aulas	P-4	Definir a quantidade necessária. Proceder a aquisição e controlar.	Valor correspondente a quantidade solicitada

Aquisição de álcool 70 % e álcool gel	P-4	Antes do início das aulas	P-4	Definir a quantidade necessária. Proceder a aquisição e controlar.	Valor correspondente a quantidade solicitada
Aquisição de EPCs como termômetros para medição temperatura, lixeiras com tampa, dispensadores em álcool gel, etc., na quantidade suficiente.	P-4	Antes do início das aulas	P-4	Definir a quantidade necessária. Proceder a aquisição e controlar.	Valor correspondente a quantidade solicitada

Quadro 9: Esquema de organização DAOP Finanças

7.2 UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças adotou a seguinte estrutura de gestão operacional:



Comando/Direção	Tenente Coronel PM Fred Hilton Goncalves da Silva	cfapcmt@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914
Medidas Sanitárias e Alimentação	1º Tenente PM Claudiomiro de Oliveira Pinho	cfapp4@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914
Finanças	1º Tenente PM Claudiomiro de Oliveira Pinho	cfapp4@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914
Treinamento e Capacitação	Capitão PM Mauricio Abilio dos Santos	cfapp3@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914
Medidas Pedagógicas	Capitão PM Mauricio Abilio dos Santos	cfapp3@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914
Gestão de Pessoas e Comunicação	1º Tenente PM Francisco das Chagas de Paiva Melo Filho	cfapp1@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914

Quadro 10: Unidade de Gestão Operacional

7.3 SISTEMA VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME)

7.3.1 Dispositivos Principais

Nosso sistema de alerta e alarme está organizado em torno de 5 dispositivos principais de vigilância e comunicação:

- a) indicações provenientes de instituições hierarquicamente superiores e das entidades de saúde;
- b) sistema de observações e controle de evidências (tosse persistente de alguém, queixa de sintomas compatíveis com COVID-19, medição de temperatura em casos suspeitos);
- c) informações variadas plausíveis provenientes de diversas fontes (alunos e pais, funcionários, autoridades locais, entidades representativas e acreditáveis);
- d) simulados de algumas ações (e protocolos);
- e) relatórios diários de responsáveis da Unidade de Gestão Operacional.

Com base nestes dispositivos procede-se um constante monitoramento das dinâmicas e ações implementadas e, se necessário, seu ajuste. No quadro abaixo apresenta-se como está organizado o sistema de vigilância e comunicação.

NOME	FUNÇÃO	CONTATO	DISPOSITIVO
Tenente Coronel PM Fred Hilton Goncalves da Silva	Comandante do CFAP	cfapcmt@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914	Presencial, e-mail e celular
Major PM José Ronaldo Branco	Subcomandante do CFAP	cfapscmt@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914	Presencial, e-mail e celular
1º Tenente PM Francisco das Chagas de Paiva Melo Filho	P-1 do CFAP	cfapp1@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914	Presencial, e-mail e celular
Capitão PM Mauricio Abilio dos Santos	P-3 do CFAP	cfapp3@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914	Presencial, e-mail e celular
1º Tenente PM Claudiomiro de Oliveira Pinho	P-4 do CFAP	cfapp4@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914	Presencial, e-mail e celular
Capitão PM Felipe Aragão Andrade de Araújo	Corregedor	cepmpcfapcorreg@pm.sc.gov.br (48) 3665-8914	Presencial, e-mail e celular

Quadro 11: Sistema de Vigilância e Comunicação

7.3. 2 Monitoramento e Avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações de processos e resultados e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registro das ações adotadas e das verificações realizadas é também importante para salvaguardar futuras questões legais.

Os registros diários da atividade do Centro, da maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedido como o modelo que se encontra anexo ao Caderno de Apoio ao PLANCON - COVID-19.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças estará atento na identificação de alunos, professores e colaboradores que apresentem sintomas respiratórios (tosse e/ou espirros e/ou coriza e ou dor de garganta). Quando for identificada uma pessoa com dois destes sintomas ou temperatura elevada no rastreamento, a pessoa e os seus contatos próximos (pessoas que permaneceram a menos de 1,5 m por mais de 15 minutos, pessoas que tiveram contato físico ou trocaram objetos sem desinfecção prévia) nos últimos dias antes do início dos sintomas devem ser imediatamente afastadas e orientadas a procurar serviços de saúde ou Alô Saúde.

As avaliações mais detalhadas, de periodicidade a ser definida, serão realizadas em relatórios como o modelo que se encontra anexo ao Caderno de Apoio ao PLANCON - COVID-19.

REFERÊNCIAS

Caderno de apoio ao Plancon-Edu/COVID-19. Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://undime-sc.org.br/wpcontent/uploads/2020/09/Caderno-de-Perguntas-e-Respostas-Plancon-Edu-14-AGO.pdf>

Acesso em: 17/12/2020.

Decreto nº 1.419 de 20 de dezembro de 2017. Disponível em:

<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2017/001419-005-0-2017-003.htm>

Acesso em: 14/12/2020.

Lei Complementar nº 731 de 21 de dezembro de 2018. Disponível em:

<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2018/000731-010-0-2018-001.htm>

Acesso em: 14/12/2020.

RESOLUÇÃO CME, N°01/2020 de 04 de setembro de 2020 do Município de Florianópolis. Disponível em:

https://mail.pm.sc.gov.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&id=3523&part=2

Acesso em: 14/12/2020.

SANTA CATARINA. Diretrizes para o retorno às aulas. Secretaria Estadual de Educação. Julho de 2020. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação.

Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30719-diretrizespararetorno-as-aulas>

Acesso em: 17/12/2020.

ANEXO 1 – MODELO DE BOLETIM

UNIDADE ESCOLAR:

BOLETIM DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS INFORME DE Nº

DIA: / / .

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	OCORRÊNCIA	ENCAMINHAMENTO	RESOLUÇÃO	ALTERAÇÕES (SE HOVER)
GESTÃO DE PESSOAS				
MEDIDAS SANITÁRIAS				
ALIMENTAÇÃO				
TRANSPORTE				
QUESTÕES PEDAGÓGICAS				
OUTRAS				

OBSERVAÇÕES OU PENDÊNCIAS:

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

ANEXO 2 – MODELO DE RELATÓRIO

UNIDADE ESCOLAR:

PERÍODO: de _____ a _____ de _____.

1. Aspectos facilitadores e dificultadores das Dinâmicas e Ações Operacionais:

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	FACILITADORES	DIFICULTADORES
GESTÃO DE PESSOAS		
MEDIDAS SANITÁRIAS		
ALIMENTAÇÃO		
TRANSPORTE		
QUESTÕES PEDAGÓGICAS		

2. Dados Quantitativos:

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	ASPECTOS	NÚMERO
GESTÃO DE PESSOAS	Professores envolvidos Servidores envolvidos Estudantes envolvidos Atendimentos realizados com professores Atendimentos realizados com servidores Atendimentos realizados com Alunos	
MEDIDAS SANITÁRIAS	Quantidade de álcool gel Quantidade de máscaras	
ALIMENTAÇÃO	Quantidade de refeições servidas Quantidade de alimentos servidos em kg	

TRANSPORTE	Quantidade de alunos transportados Quantidade de motoristas mobilizados Quantidade de motoristas treinados	
QUESTÕES PEDAGÓGICAS	Quantidade de atividades desenvolvidas Quantidade de material produzido Quantidade de equipamentos utilizados Quantidade de horas presenciais Quantidade de horas ensino híbrido Quantidade de alunos presenciais Quantidade de alunos em ensino híbrido Quantidade de estudantes ensino remoto	
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	Quantidade de treinamentos oferecidos Quantidade de professores capacitados Quantidade de servidores em simulados Quantidade de horas de capacitação ofertadas % de aproveitamento das capacitações ofertadas Quantidade de certificados Quantidade de material elaborado	

3. Destaques evidenciados, aspectos a melhorar e lições aprendidas:

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	DESTAQUES EVIDENCIADOS	ASPECTOS A MELHORAR	LIÇÕES APRENDIDAS
GESTÃO DE PESSOAS			
MEDIDAS SANITÁRIAS			
ALIMENTAÇÃO			
TRANSPORTE			
QUESTÕES PEDAGÓGICAS			

4. Sugestões de alterações no Plano de Contingência:

5. Fotos, registros, depoimentos, gráficos, etc.